

# InforFloresta

BOLETIM INFORMATIVO

Trimestral | 3ª Edição • 2017



Associação de Produtores Florestais

Rua 26 de Dezembro, 27 • Palhais • 2550-072 Vilar – Cadaval

Telf: 262 741 083 Fax: 262 741 181 • E-mail: geral@apasfloresta.pt

## A NOVA REFORMA FLORESTAL

patriciaazeiteiro@apasfloresta.pt

Em agosto de 2016, em resultado da forte pressão dos 160 mil hectares de floresta dizimados pelo fogo, criou-se um grupo de trabalho com representantes de 8 ministérios, e no Conselho de Ministros de 27 de outubro foram apresentados 12 diplomas, dos quais 10 estão agora aprovados, faltando ainda a discussão do diploma referente à atribuição de benefícios fiscais às Entidades de Gestão Florestal, e chumbado o diploma da criação do Banco de Terras.

De uma forma geral a Reforma Florestal divide-se em 3 grandes áreas podendo ser resumida da seguinte forma:

### REDUZIR O RISCO DE INCÊNDIO

**Programa Nacional de Fogo Controlado:** Visa a criação de soluções para compartimentação da paisagem, evitando a progressão ininterrupta do fogo e contribuindo para a redução de grandes áreas ardidas. Este diploma tem como fragilidade a necessidade de colaboração dos proprietários dos terrenos em manter estas faixas conforme as regras, implicando que parte ou a totalidade dessas áreas fiquem sem utilidade e qualquer rentabilidade para o proprietário (RCM n.º 59/2017 de 8 maio).

**Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios:** A alteração deste sistema irá aumentar a competência das autarquias, passando as assembleias municipais a aprovar estes planos em vez do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) como até agora. É reforçado o pilar da prevenção no âmbito da vigilância e deteção, passando a haver uma maior presença no terreno de militares, bombeiros e sapedores florestais. Passou a estar contemplada a vigilância móvel, a videovigilância e a vigilância aérea, adquirindo esta última enquadramento legal. Ficou também estabelecido que o Governo tem de criar 500 equipas de sapedores florestais até 2019 (Lei n.º 76/2017 de 17 agosto).

**Atualização do programa de sapedores:** Pelos 6 meses de funcionamento ao serviço do Estado, cada equipa recebia 35000€, passando esse valor para 40000€, um valor que não era atualizado desde 2000 (DL n.º 8/2017 de 9 janeiro).

**Construção de novas centrais de biomassa florestal:** Medida que poderá ajudar a resolver o problema de excesso de matos e material lenhoso, que simultaneamente ajuda a reduzir o risco de incêndio e a produzir energia. Desde a entrada em vigor desta lei, o Governo já autorizou 4 novas centrais elétricas de biomassa florestal para os concelhos de Vila Velha de Ródão, Mangualde, Figueira da Foz e Famalicão (DL n.º 64/2017 de 12 junho).

### ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

**Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF):** Estes planos foram alterados de modo a que as autarquias passem a ter mais responsabilidade pela gestão do território, sendo incorporados nos Planos Diretores Municipais (PDM), garantindo a ligação entre a política florestal nacional e as decisões à escala local (DL n.º 65/2017 de 12 junho).

**Regime Jurídico das Entidades de Reconhecimento:** Perante

a excessiva fragmentação da propriedade, o Governo quis criar condições que fomentem a gestão florestal profissional e sustentável, potenciando o aumento da produtividade e rentabilidade dos ativos florestais e a melhoria do ordenamento dos espaços florestais. O objetivo é criar sociedades comerciais e cooperativas para gerir os territórios dos proprietários que se queiram constituir como tal (DL n.º 66/2017 de 12 junho).

**Zonas de Intervenção Florestal:** A principal alteração foi reduzir a superfície mínima e o número de proprietários, sendo o objetivo potenciar a criação de novas ZIF em zonas de minifúndio (DL n.º 67/2017 de 12 junho).

**Proibição de novas plantações de eucalipto:** Esta decisão resulta da alteração ao regime jurídico das arborizações e re-arborizações (DL n.º 96/2013 de 19 de julho) que determina que quem quiser plantar uma nova área de eucalipto, tem de recuperar e identificar uma área de eucalipto que não esteja com bons níveis de produtividade, arrancar o que lá está e deixar o terreno em condições para utilização agrícola ou pecuária, ou então replantar com outra espécie que não eucalipto. Haverá também reduções progressivas da área de eucalipto ao longo de 5 anos: no 1º ano a proporção é de 1 para 90, sendo regressiva a 50% até se criar uma moratória para que esta redução se faça a partir do momento em que as autarquias incluem no seu PDM os PROF (Lei n.º 77/2017 de 17 agosto).

**Criação de uma Comissão de Mercados e Produtos Florestais:** Irá conciliar estratégias de regulação de mercado no que respeita aos recursos florestais, designadamente através da monitorização permanente dos recursos florestais disponíveis e do acompanhamento das condições de mercado existentes (Despacho n.º 3088/2017 - Série II de 12/04/2017).

**Atribuição de benefícios fiscais:** Atribuição de benefícios fiscais para Entidades de Gestão Florestal e para os proprietários florestais que invistam na prevenção de incêndios é uma das medidas desta reforma, medida que será discutida durante o mês de Setembro.

### TITULARIDADE DOS TERRENOS

**Criar um sistema cadastral simplificado:** Trata-se de um regime excecional de isenção de custos com taxas e emolumentos associados à atualização do registo de propriedades rústicas. O sistema visa identificar a estrutura fundiária e a titularidade dos prédios rústicos e mistos, identificação que será feita através de representação gráfica georreferenciada por vontade dos interessados ou por iniciativa de entidades públicas competentes. Este sistema vai começar por ser implementado em projeto-piloto em apenas alguns municípios da região Centro e Norte, vigorando durante 1 ano, sendo posteriormente extrapolado para todo o território. Os prédios sem dono reconhecido devem ser identificados pelas entidades públicas e publicitados em [www.irn.mj.pt](http://www.irn.mj.pt) e a divulgação deve ser promovida durante 180 dias através de editais nos municípios. Quem quiser reclamar a terra deverá fazê-lo de forma fundamentada. Se a criação de um banco de terras tivesse sido aprovada, a ideia era efetuar o registo provisório por natureza de aquisição a favor do Estado caso não aparecesse ninguém a reclamar a terra no tempo previsto (Lei n.º 78/2017 de 17 agosto).

## A IMPORTÂNCIA DAS GALERIAS RIPÍCOLAS NA GESTÃO FLORESTAL

cardosohrc@gmail.com



As galerias ripícolas são estruturas de vegetação que ocorrem junto a linhas de água, açudes e zonas húmidas em geral. Estas manchas de vegetação, quando bem desenvolvidas, podem ser compostas por uma diversidade de árvores e arbustos adaptadas a ambientes mais húmidos, tais como os salgueiros, os choupos, amieiros e pilriteiros.

Estas galerias ripícolas são zonas geralmente muito ricas em biodiversidade, já que constituem aquilo que se designa como habitats de

transição, fazendo muitas vezes a fronteira entre vários tipos de habitats ou ocupações de solo.

Tipicamente as galerias ripícolas formam uma estrutura linear de vegetação, acompanhando um curso de água, criando assim um corredor de vegetação muito importante para o abrigo e deslocação de muitas espécies de animais. Algumas espécies estão intimamente dependentes das galerias ripícolas para o seu ciclo de vida, como o caso dos Rouxinois, (*Luscinia megarhynchos*) que migram anualmente, no início da Primavera, de África para nidificar na vegetação arbustiva que compõe muitas das nossas galerias ripícolas.

Esta vegetação ripícola desempenha também um papel fundamental no equilíbrio das linhas de água, assegurando uma boa fixação das margens e garantindo um ensombramento moderado do espelho de água. Este ensombramento garante que alguma luz solar chega ao leito do rio ou ribeira, mas sem o perigo da eutrofização, permitindo o desenvolvimento de vida aquática, como peixes, libélulas e anfíbios.

No âmbito do processo de certificação florestal, estes ecossistemas assumem um papel de destaque dentro de uma exploração, já que, tal como referido, são zonas com elevados níveis de biodiversidade. Estas zonas oferecem, também, a oportunidade de gerir áreas para a biodiversidade sem interferir nas áreas de exploração florestal e muitas vezes sem custos extraordinários para o proprietário.

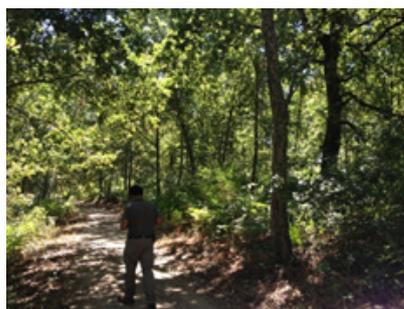
A gestão da vegetação nas galerias ripícolas deve ser efetuada mecânica ou manualmente de uma forma seletiva, garantindo que as espécies autóctones e em particular a diversidade de vegetação é mantida.

Um dos principais problemas de gestão e manutenção das galerias ripícolas detetados, prende-se com o excesso de canas (*Arundo sp.*) e silvas (*Rubus sp.*). Este é uma problema que deverá ser resolvido com cortes regulares e plantação de árvores autóctones para ensombramento, garantido que ao fim de algum tempo, as canas e as silvas já não tenham luz ou espaço para crescer.

**A PARTIR DE OUTUBRO, AS NOSSAS EQUIPAS DE SAPADORES FLORESTAIS RETOMAM AS ATIVIDADES DE INTERVENÇÃO E MANUTENÇÃO EM ESPAÇOS FLORESTAIS. CASO NECESSITE DE EXECUTAR TRABALHOS DE SELEÇÃO DE VARAS, DESRAMAÇÕES, DESBASTES, PLANTAÇÕES FLORESTAIS, ADUBAÇÃO E LIMPEZA DE MATOS CONTACTE A APAS FLORESTA.**

## A IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO/ PROTEÇÃO NA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL

rutesantos@apasfloresta.pt



A certificação da gestão florestal visa a promoção de uma gestão florestal sustentável, quer a nível económico, ambiental e social. Ou seja, a promoção de uma floresta produtiva e rentável, mas que igualmente garanta a proteção dos recursos naturais, dos trabalhadores que

operam na floresta, e esteja em harmonia com a comunidade local.

Por isso a norma define a necessidade da existência de áreas de conservação, proteção, restauro natural nas unidades de gestão florestal, ou seja, a necessidade da existência de outras áreas cujo objetivo passa não pela produção, mas pela preservação, manutenção e/ou incrementação da biodiversidade nesses espaços.

O GGFC APAS Floresta apresenta maioritariamente espaços florestais vocacionados para a produção florestal. Contudo, é sempre possível identificar nestas áreas espaços que de alguma forma podem ir de encontro aos objetivos anteriormente descritos.

Por exemplo, a existência de linhas de água com as suas faixas de proteção, que numa fase inicial podem ser pouco consolidadas ou representativas, mas com a implementação de uma gestão florestal sustentável poderão vir a constituir pequenas galerias ripícolas, potenciando o aumento da biodiversidade desses espaços, quer do ponto faunístico como florístico. Ou pequenos núcleos de espécies autóctones que confinam ou integram áreas de produção, onde a identificação de espécies mais propícias ao incremento da biodiversidade destes espaços é notória, ou ainda pequenas áreas de matos que por motivos de topografias não permitem a gestão, e evoluem para zonas representativas de outras espécies muito interessantes a nível da promoção da biodiversidade (promoção e manutenção da regeneração natural de espécies autóctones). Estes são pequenos exemplos comuns nas áreas dos membros do grupo.

Além destas áreas devemos referir a existência de Altos Valores de Conservação (AVC), que caso existam devem ser identificados e promovida a sua manutenção/preservação. Os AVC's são áreas florestais, ou de outros tipos de vegetação, que têm uma importância particularmente elevada, por razões sociais ou ambientais. Damos o exemplo dos habitats classificados, zonas onde a presença de espécies com estatuto classificado, áreas com extrema importância para a comunidade local (área de importância cultural, ecológica, económica, arqueológica ou religiosa), entre outras.

Este trabalho conta com a colaboração de um consultor externo, Hélder Cardoso, que tem acompanhado as áreas do grupo nos últimos anos, dando o respetivo apoio na definição das medidas de gestão mais adequadas à realidade dos membros, efetuando a monitorização destes espaços após a implementação destas medidas.



## O USO MÚLTIPLO DA FLORESTA, OUTRAS OPORTUNIDADES

fabiosobral@apasfloresta.pt



É fácil associar o conceito de floresta a um bem utilizável por todos nós, traduzindo-se em benefícios como paisagem, emprego, lazer e turismo que lhe confere um estatuto universal de bem natural. É aqui que se enquadra a gestão do espaço florestal que pode e deve ter uma visão estratégica mais alargada com múltiplos objetivos. Para além dos produtos lenhosos (madeira e biomassa), existe um conjunto de produtos não lenhosos que possuem um elevado potencial de aproveitamento e que podem trazer aos proprietários rendimentos complementares às suas atividades, dos quais salientamos:

**Silvo-pastorícia:** Consiste na integração de animais como cabras e ovelhas em regime extensivo, em zonas degradadas, para controlo da vegetação espontânea. Cada vez mais esta atividade, juntamente com a roça de matos são os métodos mais eficazes para redução da carga combustível e consequentemente o risco de incêndio. Nas condições climáticas do nosso país onde verões quentes e secos sucedem a períodos de abundante humidade e temperatura favoráveis para o crescimento da biomassa, o risco de incêndio assume os mais elevados índices, traduzindo-se em maior número de ignições que por vezes assumem dimensões catastróficas.

**Cogumelos silvestres:** Dada a sua diversidade e complexidade são mencionados como indicadores do estado vegetativo das árvores que estão associadas. Estão presentes quando o regime de humidade e temperatura é favorável e quando a ação humana não é muito intensa. É de salientar que é um bem privado, mas que em Portugal carece de áreas reguladas para a colheita. Em Espanha o "micoturismo" está em franca expansão na região de Castilla y Leon que nos dá um bom exemplo, de como este recurso pode ajudar os proprietários a prologarem mais a permanência das suas árvores. Paralelamente já foram abertos restaurantes micológicos e o turismo com rotas definidas tem ganho adeptos.

**Apicultura:** é uma prática que tem crescido de norte a sul do país. Dada a composição multifloral da nossa região torna o mel um produto diferente de zona para zona. Positivamente as abelhas (*Apis mellifera*) são equilibradoras dos ecossistemas, proporcionando aumentos de produção em áreas agrícolas através da polinização. De inverno, quando a floração é quase inexistente, é nos eucaliptais adultos que encontram mais uma importante reserva de alimento.

**Biomassa florestal:** é uma temática que entrou em discussão política recentemente, tendo sido criadas bases para que 4 novas centrais elétricas sejam instaladas no país. Aumentando a oferta das entidades recetoras e diminuindo a distância entre as matas, o preço de mercado poderá ser mais apelativo. A correta gestão e exploração da biomassa reduz drasticamente a probabilidade de incêndios florestais, pois contribui para a limpeza das matas, pastagens e recursos florestais. Nas centrais de biomassa florestal, produz-se eletricidade através da queima direta da biomassa, de modo a obter energia calorífica que transforma a água no estado líquido em vapor, que por sua vez, vai mover turbinas e acionar geradores elétricos. Apesar deste processo libertar dióxido de carbono para a atmosfera, o balanço de emissões de CO<sub>2</sub> é nulo, uma vez que as plantas que deram origem ao combustível durante o seu ciclo de vida absorvem quantidades de CO<sub>2</sub> que compensam as emissões.

**Resinagem:** atividade que inclui várias operações e o objetivo é extrair e colher a resina das árvores. Esta prática permite obter dos pinhais outro rendimento anual para além da madeira que produz, cria emprego, aumenta a vigilância da floresta e reduz a quantidade de materiais combustíveis, porque os matos têm de ser limpos com regularidade para permitir realizar a operação. Em Portugal, a resinagem é feita no pinheiro bravo e também no pinheiro manso.

A forma como olhamos para o espaço rural e na tentativa de ajudar o produtor florestal a promover a diversidade de produtos e serviços que podem obter das suas áreas florestais, a Apas Floresta irá abordar esta temática na 9ª Edição das Conversas Florestais a realizar dia 19 de outubro na Feira das Adiafas.

## RESINAGEM

paulopinheiro@apasfloresta.pt



A resinagem em Portugal, depois das fulgentes décadas de 60, 70 e 80, e posterior declínio, parece voltar agora a despertar interesse para os profissionais do setor. O nosso país foi um dos líderes mundiais deste produto, tendo chegado a produzir 140.000 toneladas em 1984, contrastando com a modesta produtividade mais recente, de 6.000 toneladas em 2012, ou 4.500 toneladas em 2009.

A produção de resina está nitidamente ligada à quantidade de calor absorvida pelas copas dos pinheiros. Esta ligação entre a produção de gema e a temperatura média do ar torna a produção de resina quase exclusiva das regiões de climas temperados de verão quente (regiões mediterrânicas) e das de clima subtropical. Assim, nos povoamentos destinados à resinagem deve-se reduzir a densidade para favorecermos o desenvolvimento da copa.

A resinagem pode ser praticada de uma forma mais intensiva só nos últimos quatro anos de vida da árvore (resinagem à morte), ou ao longo da sua vida, de uma forma mais ligeira (resinagem à vida). A modalidade a utilizar depende da finalidade a dar à madeira das árvores resinadas.

O momento de iniciar a resinagem é definido pelo perímetro à altura do peito (PAP), que de acordo com a legislação em vigor pode ser efetuada quando o PAP for superior ou igual a 63 cm. O quadro seguinte define as dimensões mínimas das árvores para realizar a extração da resina.

Dimensões mínimas das árvores		
Perímetro à altura do Peito (1,3 metros)	Nº de Fiadas	Distância entre Fiadas
80cm <PAP <110 cm	1 por períodos de 4 anos	10 cm
PAP > 110 cm	2 nos primeiros 4 anos e 1 nos anos seguintes	10 cm

A época permitida para a realização da resinagem vai de 1 de Março a 30 de Novembro.

A quantidade de resina produzida é muito variável de árvore para árvore, sendo normalmente de 2 a 4 Kg de resina por ferida.

Em 2015 foi criado o Regime jurídico aplicável à resinagem e à circulação da resina de pinheiro no território do Continente, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 181/2015, de 28 de agosto; Declaração de Retificação n.º 47 ao DL 181/2015, que poderá consultar em: <http://www.icnf.pt/portal/florestas/fileiras/resinagem-circulacao-resina> e ter conhecimento de toda a legislação associada.

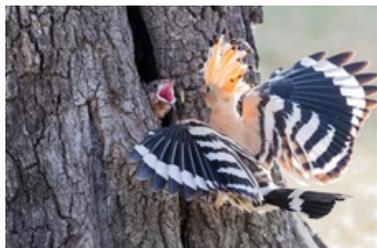


**PRETENDE CERTIFICAR A SUA EMPRESA DE FORMA A COMERCIALIZAR PRODUTOS CERTIFICADOS? CONTACTE A APAS FLORESTA E ADIRA AO GRUPO DE GESTÃO DA CADEIA DE CUSTÓDIA/ RESPONSABILIDADE QUE GERIMOS, CERTIFICADO PELOS SISTEMAS FSC® E PEFC™. SALIENTAMOS QUE O NEGÓCIO DA COMPRA/VENDA É DA RESPONSABILIDADE DOS INTERVENIENTES, NÃO EXISTINDO CONDICIONANTES A QUEM VENDE O SEU PRODUTO. DEVE SIM GARANTIR O CUMPRIMENTO DAS NORMAS IMPLEMENTADAS E OS PROCEDIMENTOS DO GRUPO.**

(CÓDIGO DE LICENÇA: FSC-C112230)

## CONHECER A SERRA DE MONTEJUNTO

paulopinheiro@apasfloresta.pt



Nesta edição vamos falar da Poupá (*Upupa epops*), também conhecida como boubela, poupão, poupa-pão e poupinha.

É uma ave de médio porte, com 25 – 27 cm de comprimento, cerca de 50 cm de envergadura e cauda

relativamente longa. A plumagem é acastanhada, sendo as asas pretas e brancas e a cauda preta. A poupa pontiaguda que lhe dá o nome é bem visível quando ereta. O bico é longo e recurvado e as patas são acinzentadas e curtas.

O seu canto é um característico hoop-hoop-hoop que pode ser repetido ao longo de vários minutos.

A distribuição geográfica das poupas é vasta e inclui todo o Velho Mundo (Euroásia e África). Em Portugal, a poupa pode ser observada em todo o território continental e no arquipélago da Madeira. Sabe-se que algumas populações são nómadas, mas o seu estatuto de ave residente ou migratória é ainda indefinido.

O seu habitat preferencial é a savana africana e zonas de vegetação rasteira na Europa e Ásia, sendo também relativamente comum em zonas agrícolas.

A poupa alimenta-se de insetos e larvas, bem como de minhocas e outros anelídeos terrestres, pequenos anfíbios e por vezes pequenas cobras. Embora prefira alimentar-se no solo, é também capaz de caçar insetos em voo.

A época de reprodução decorre entre agosto e outubro, dependendo da distribuição geográfica. Cada postura contém 2 a 6 ovos de cor azul-esverdeada. Os juvenis chocam ao fim de cerca de 17 dias de incubação, da responsabilidade exclusiva da fêmea, e permanecem no ninho durante cerca de um mês, recebendo os cuidados parentais de ambos os progenitores.

A principal característica dos ninhos das poupas, construídos em cavidades de árvore, é talvez o seu cheiro fétido, extremamente desagradável. O mau cheiro não se deve a falta de higiene no ninho, pois é sabido que a fêmea o limpa cuidadosamente de todos os detritos, mas representa uma estratégia contra predadores. A fêmea e os juvenis desta espécie possuem uma glândula uropigial, capaz de segregar o líquido responsável pelo mau cheiro, que é expelido em caso de ameaça.



O estado de conservação da poupa é seguro, mas a espécie encontra-se em regressão na Europa. No último século desapareceu da Suécia, Holanda, Bélgica e grande parte da Alemanha, sobretudo devido à alteração das práticas agrícolas e à introdução do uso de inseticidas.

## BALANÇO ATIVIDADE 3º TRIMESTRE 2017

rutesantos@apasfloresta.pt

Durante o 3º trimestre de 2017 a APAS Floresta destaca algumas das suas iniciativas:

- Participação na Auditoria externa do Processo de Certificação Florestal da Região do Oeste (26, 28 e 30 Jun.)
- Participação na sessão de trabalho dedicada às Medidas de Estabilização de Emergência Pós-Incêndio a aplicar às áreas percorridas pelos incêndios florestais (24 Ago.)
- Participação na Ação de Formação promovida pelo FSC Portugal sobre Cadeia de Custódia (21 Set.)
- Formação interna em Certificação da Gestão Florestal da APAS Floresta “Adesão ao GGFC” (Jul. e Set.)
- Formação interna em Cadeia de Responsabilidade da APAS Floresta “Adesão ao GCCdR” (Jul. e Set.). Código de Licença FSC-C112230.

## EVENTOS

patriciaazeiteiro@apasfloresta.pt

### Festa | Adiafas

Organização: Câmara Municipal do Cadaval  
13 a 22 outubro, 2017 – Cadaval, junto ao campo da feira

### Conversas Florestais (9ª Edição) | O Uso Múltiplo da Floresta e as Suas Oportunidades

Organização: APAS Floresta e Câmara Municipal do Cadaval  
19 outubro, 2017 – Cadaval, junto ao campo da feira

### Ação de Formação | Motosserra – Métodos e Técnicas de Trabalho

Organização: Stivikpro e APAS Floresta  
23 outubro, 2017 – Sede APAS Floresta

### Ação de Formação | Utilização da Motorroçadora em Trabalhos de Desmatização

Organização: Stivikpro e APAS Floresta  
24 outubro, 2017 – Sede APAS Floresta

### Curso | Iniciação e Análise aos SIG com QGIS

Organização: ECN Consulting e APAS Floresta  
30 e 31 outubro | 2, 3, 7, 8 e 9 novembro, 2017 – Sede APAS Floresta

## CONVERSAS FLORESTAIS

19 de Outubro

A APAS Floresta em parceria com a Câmara Municipal do Cadaval realiza a 9ª Edição das Conversas Florestais subordinada ao tema:

“O Uso Múltiplo da Floresta e as suas Oportunidades”

Recinto da Feira das Adiafas, Cadaval

Participação gratuita. Agradecemos confirmação da sua presença para: [patriciaazeiteiro@apasfloresta.pt](mailto:patriciaazeiteiro@apasfloresta.pt)



Financiado por:



Ficha Técnica:

Propriedade e Edição: APAS Floresta  
Coordenação: Equipa Técnica  
Grafismo: Renato Menino  
Impressão: Vipagráfica